

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RELATOR ALEXANDRE DE MORAES, DO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

“A rigor, é preciso que o combate ao crime, seja ele qual for, tenha que se fazer dentro do devido processo legal e que isso seja observado. É fácil ver para onde se rumam os abusos. A história está prenha, inclusive a história recente, a propósito dos abusos que se cometem em nome do combate à corrupção”.

Tese proposta: “A concessão de indulto é prerrogativa constitucional privativa do Presidente da República e submete-se ao controle judicial nos limites expressamente previstos na Constituição, de modo que não cabe ao Supremo Tribunal Federal a revisão da conveniência e da oportunidade da política criminal adotada em seus critérios”

Excertos do voto do Ministro Gilmar Mendes nos autos da ADI 5.874

Agravante: Deputado Federal Daniel Lucio da Silveira

Referência: Ação Penal 1044 - Distrito Federal

Relator: Ministro Alexandre de Moraes

DANIEL LUCIO DA SILVEIRA, já devidamente qualificado nos presentes autos, vem, respeitosamente, por intermédio de sua advogada infra-assinada (**Doc. 1**), interpor o presente **AGRAVO REGIMENTAL**, **EM RAZÃO DA PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO PRESIDENCIAL QUE CONCEDEU INDULTO INDIVIDUAL (GRAÇA)**, em face da decisão monocrática retro (peça nº 933) que **(i)** deixou de analisar o pedido de declaração de extinção da punibilidade em razão da edição de decreto de indulto; **(ii)** aplicou sanção pecuniária no valor de R\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil reais) em razão do suposto desrespeito às medidas cautelares fixadas; **(iii)** ordenou bloqueio de ativos financeiros via sistema SISBAJUD e **(iv)** determinou bloqueio parcial de vencimentos

do Agravante, com fulcro no art. 1.021 do Código de Processo Civil (CPC) e art. 317 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (RISTF), pelos fatos e fundamentos expostos nas razões anexas.

Submetido o presente à análise pelo *il.* Relator, requer seja recebido o recurso e realizado o juízo de reconsideração. Caso a retratação não ocorra em sua integralidade, requer seja submetido o presente agravo a julgamento perante o Plenário do Supremo Tribunal Federal, com oportuno conhecimento e provimento do recurso.

Os pedidos ora apresentados devem ser analisados antes de qualquer outra decisão no presente processo, em observância ao Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição tem previsão no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição vigente, que dispõe: “*a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito*”.

Pede o cadastramento da advogada **Mariane Andréia Cardoso dos Santos – OAB/MG n. 151.473**, para fins de recebimento das intimações, sob pena de nulidade.

Nesses termos, pede e espera deferimento.

Brasília/DF, 09 de maio de 2022.

MARIANE ANDRÉIA CARDOSO DOS SANTOS
OAB/MG 151.473

RAZÕES DO AGRAVO REGIMENTAL

Agravante: Deputado Federal Daniel Lúcio da Silveira

Referência: Ação Penal 1044 – Distrito Federal

Doutos Ministros,

1. DA TEMPESTIVIDADE

1 - A decisão agravada foi firmada pelo Ministro Relator no dia 03.05.2022 (terça-feira) e o Agravante foi efetivamente intimado na mesma data. Nos termos do art. 317 do RISTF, o prazo para interposição do presente recurso é de 05 (cinco) dias, portanto, considerando que o início do prazo recursal ocorreu no primeiro dia útil após a efetiva intimação – 04.05.2022 (quarta-feira), o termo final ocorre no dia 08.05.2022 (domingo), prorrogando-se para o primeiro dia útil subsequente, 09.05.2022 (segunda-feira). Dessa forma, perfeitamente tempestiva a presente interposição.

3

2. RELATÓRIO

2 - Trata-se de Ação Penal decorrente de Denúncia aviada pelo Ministério Público Federal requerendo a condenação do Agravante nas iras do art. 344 do Código Penal (três vezes), do art. 23, inciso II, da Lei n. 7.170/1983 (uma vez) e art. 23, inciso IV, c/c art. 18, ambos da Lei n. 7.170/1983 (duas vezes).

3 - O julgamento da Ação Penal foi realizado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, oportunidade em que a Suprema Corte condenou o Agravante como incurso nas penas do art. 18 da Lei n. 7.170/1983 (por duas vezes) na forma do art. 71 do Código Penal à pena de 05 (cinco) anos e 03 (três) meses de reclusão e nas penas do art. 344 do Código Penal (por três vezes), na forma do art. 71 do Código Penal, à pena de 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão, bem como à pena de 35 (trinta e cinco) dias-multa no valor de 05 (cinco) salários mínimos por dia-

multa. Ao final do julgamento, além da pena de multa o Agravante foi condenado à pena de 08 (oito) anos e 09 (nove) meses de reclusão, em regime inicial fechado.

4 - Ocorre que, no dia 21 de abril de 2022, foi publicado Decreto Presidencial concedendo graça constitucional ao Agravante (conforme anexo – **Doc. 2**), indultando-o de forma incondicionada, independente do trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Portanto, nos termos do art. 107, inciso II, do Código Penal, restou extinta a punibilidade, diante da presunção de constitucionalidade dos atos do Poder Público, encontrando pendente apenas a sua declaração pelo Poder Judiciário, nos termos do art. 192 da Lei de Execuções Penais.

5 - Após a edição do decreto, foi requerido pela defesa (peça n. 924) a declaração da extinção da punibilidade. Ao analisar o referido pleito, o *il.* Relator, Excelentíssimo Ministro Alexandre de Moraes (peça n. 933), sustentou o entendimento de que:

Enquanto não houver essa **análise e a decretação da extinção de punibilidade** pelo Poder Judiciário, nos termos dos já citados artigos 738 do Código de Processo Penal e 192 da Lei de Execuções Penais, a presente ação penal prosseguirá normalmente, inclusive no tocante à observância das medidas cautelares impostas ao réu DANIEL SILVEIRA e devidamente referendadas pelo Plenário dessa SUPREMA CORTE. (Destaca-se)

4

6 - Nessa mesma oportunidade, o Ministro Relator aplicou sanção pecuniária no valor de R\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil reais) em desfavor do Agravante, determinou a aplicação de medidas cautelares no âmbito da ação penal e, ainda, ordenou o bloqueio de contas bancárias e ativos financeiros, bem como de parte dos vencimentos percebidos pelo Agravante em razão do exercício do cargo de Deputado Federal e, até o presente momento, não houve comunicação da referida decisão à Câmara dos Deputados.

7 - Irresignado, o Agravante interpõe o presente recurso, para que a decisão do eminente Relator seja reconsiderada ou, não sendo o caso, revista pelo Plenário da Suprema Corte, especialmente, pelas seguintes razões:

- (i) Presunção de constitucionalidade do Decreto Presidencial que concedeu indulto individual (graça) ao Agravante, mesmo porque não ocorreu a suspensão do referido

diploma normativo no bojo das ADPFs 964, 965, 966 e 967 que o discutem, em que figura como Relatora a Eminente Ministra Rosa Weber, ou mesmo por este Eminente Relator no presente processo, de modo que fica a questão: ***como não aplicar um decreto constitucionalmente válido sem que haja suspensão de seus efeitos?***

- (ii) Encontra-se pendente apenas o reconhecimento, por meio de decisão de caráter meramente declaratório, pelo Poder Judiciário, da extinção da punibilidade relativa às condutas objeto do presente processo em razão da publicação de Decreto Presidencial que concedeu indulto individual (graça) ao Agravante, nos termos do art. 107, II do Código Penal e do art. 192 da Lei de Execuções Penais, o que não justifica a aplicação ou manutenção de medidas cautelares (*Afinal, o que há para acautelar senão uma ação penal que tem, como objeto, condutas que foram perdoadas pelo Presidente da República no exercício de sua competência constitucional?*);
- (iii) A concessão de indulto se dá por meio de ato soberano de clemência que concede perdão de acordo com a discricionariedade do Presidente da República, que tem como limites exclusivos apenas aqueles expressamente previstos na Constituição da República de 1988, conforme jurisprudência pacífica desta Colenda Suprema Corte em diversos julgados, especialmente nos autos da ADI 5.874;
- (iv) A aplicação de quaisquer medidas cautelares é ineficaz diante da inquestionável extinção da punibilidade, e, ***ainda que não fossem***, em razão da substancial alteração das circunstâncias de fato e de direito do presente caso, seria imprescindível, ao menos, que houvesse **notificação da Câmara dos Deputados**, já que o Agravante é Deputado Federal em exercício do mandato, nos termos da ADI 5.526, em que se entendeu que deve ser aplicado de forma analógica o disposto do art. 53, §2º, CR/88 às medidas cautelares diversas da prisão que impactam o regular exercício do mandato, de forma indireta ou indireta. Assim sendo, a Casa Legislativa teria a prerrogativa de definir ou não pela revogação das referidas medidas cautelares. **Pergunta-se: “a Câmara dos Deputados foi notificada?” Não. E com isso não pôde manifestar-se sobre as medidas cautelares!**

8 - É o que se passa a demonstrar.

3. DO DIREITO

3.1. DA PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO PUBLICADO EM 21 DE ABRIL DE 2022 DE INDULTO INDIVIDUAL (GRAÇA) AO AGRAVANTE: ATO SOBERANO DE CLEMÊNCIA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

9 - Prestigiando a separação dos Poderes, previu a Constituição da República de 1988 mecanismos dos freios e contrapesos, dentre os quais se incluem as atribuições discricionárias da Presidência da República, previstas no ordenamento jurídico.

10 - Dentre elas, encontra-se a possibilidade de concessão de perdão – via indulto ou graça – razão pela qual o Decreto Presidencial publicado em 21 de abril de 2022, é constitucional e não pode ser objeto de anulação pelo Poder Judiciário.

11 - Isso porque o indulto individual – ou graça – é prerrogativa constitucional do Presidente da República. Ou seja, compete privativamente a ele o uso desse instrumento, nos termos do art. 84, inc. XII, da CR/88, combinado com as limitações impostas pela própria Constituição da República de 1988 no art. 5, inc. XLIII¹. Nesse sentido, aponta Bernardo Gonçalves Fernandes:

Indulto (ou “indulto coletivo” visto que é um benefício coletivo que se diferencia da “graça” que é um indulto individual com destinatário certo) é um ato do Presidente da República, materializado por meio de um Decreto, por meio do qual é extinto o feito executório da condenação imposta a alguém. Nesse sentido, mesmo havendo ainda pena a ser cumprida, o Estado renuncia ao seu direito de punir, sendo uma causa de extinção da punibilidade (art. 107, II, CP). O indulto pode ser pleno (quando extingue totalmente a pena) ou parcial (quando ocorre a diminuição ou a substituição da pena na intitulada “comutação”. Tradicionalmente, o indulto é concedido a pessoas que receberam uma pena por terem sido condenadas pela prática de infração penal.²

¹ *“A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem”* FERNANDES, Bernardo Gonçalves; Jus Podivm; 12^a ed. 2020; p. 661.

² FERNANDES, Bernardo Gonçalves; Jus Podivm; 12^a ed. 2020; p. 1438.

11 - Ademais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 2º dispõe que “*São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário*”. Ou seja, o Legislador Constituinte determinou a impossibilidade de um poder da República interferir ilegalmente em outro.

12 - Nessa situação, em razão desse sistema de freios e contrapesos, a menos que algum dos poderes atente contra a Constituição, a interferência por outro em seus atos privativos é expressamente vedada. Em consonância a tais valores, veja-se o que afirmou a Eminente Ministra Rosa Weber no RHC n. 155.208/MG e no RHC n. 167.854/SC, acerca do respeito à separação entre os poderes da República:

De resto, descabe, ao ensejo de concretizar regras de indulto, conceber interpretação que alargue para hipóteses de benefício não previstas no Decreto Presidencial, sob pena de ofensa ao princípio da Separação dos Poderes e da legalidade estrita. A jurisprudência desta Suprema Corte é na direção de que ‘[c]ompete ao Presidente da República definir a concessão ou não do indulto, bem como seus requisitos e a extensão desse verdadeiro ato de clemência constitucional, a partir de critérios de conveniência e oportunidade’ (ADI 5.874, Red. p/ acórdão Ministro Alexandre de Moraes). **Ainda, ‘a discricionariedade que espelha as razões de conveniência e oportunidade do Presidente da República para fins de concessão de indulto, segundo compreensão majoritária desta Suprema Corte, não pode ser revista pelo Poder Judiciário.** Por consequência, as hipóteses de extinção de punibilidade decorrentes da manifestação de clemência não são passíveis de elasticidade pelo Estado-Juiz’ (AP n. 863-AgR, Relator o Ministro Edson Fachin). (STF, decisão monocrática, RHC 167.854/SC, Rel. Ministra ROSA WEBER, julgado em 02/12/2020, DJe 04/12/2020) (Destaca-se)

7

13 - Ao apreciar a competência para decretação do indulto e os limites para intervenção da Suprema Corte no ato soberano, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em controle concentrado de constitucionalidade, no âmbito da ADI 5.874, sob relatoria do Excelentíssimo Ministro Alexandre de Moraes, no seguinte sentido:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. INDULTO. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (CF, ART. 84, XII) PARA DEFINIR SUA CONCESSÃO A PARTIR DE REQUISITOS E CRITÉRIOS DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE. PODER JUDICIÁRIO APTO PARA ANALISAR A CONSTITUCIONALIDADE DA CONCESSÃO, SEM ADENTRAR NO MÉRITO. ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA IMPROCEDENTE.

1. A Constituição Federal, visando, principalmente, a evitar o arbítrio e o desrespeito aos direitos fundamentais do homem, previu a existência dos Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, repartindo entre eles as funções estatais.

2. Compete ao Presidente da República definir a concessão ou não do indulto, bem como seus requisitos e a extensão desse verdadeiro ato de clemência constitucional, a partir de critérios de conveniência e oportunidade.

3. A concessão de indulto não está vinculada à política criminal estabelecida pelo legislativo, tampouco adstrita à jurisprudência formada pela aplicação da legislação penal, muito menos ao prévio parecer consultivo do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, sob pena de total esvaziamento do instituto, que configura tradicional mecanismo de freios e contrapesos na tripartição de poderes.

4. Possibilidade de o Poder Judiciário analisar somente a constitucionalidade da concessão da *clementia principis*, e não o mérito, que deve ser entendido como juízo de conveniência e oportunidade do Presidente da República, que poderá, entre as hipóteses legais e moralmente admissíveis, escolher aquela que entender como a melhor para o interesse público no âmbito da Justiça Criminal.

5. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente.

(STF, Tribunal Pleno, ADI 5874, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, julgado em 09/05/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-265 DIVULG 04-11-2020 PUBLIC 05-11-2020). (Destaca-se).

14 - Da íntegra do acórdão proferido na referida ação direta de inconstitucionalidade, o Douto Ministro Gilmar Mendes deixou assente a possibilidade de *indulto até mesmo antes do trânsito em julgado*. Além disso, evidenciou o Eminentíssimo Ministro a impossibilidade de ingerência indevida do Poder Judiciário para além dos limites previstos no próprio Texto Constitucional (art. 5º, XLIII), *in verbis*:

Limites constitucionais à concessão de indulto

Sem dúvidas, a discricionariedade do Presidente da República é limitada pelo texto constitucional, que o faz expressamente no inciso XLIII do art. 5º da CF:

“XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem”.

(...) Assim, o controle judicial deve se restringir aos limites fixados na Constituição Federal, restando ao Presidente da República a análise da conveniência e dos critérios do indulto. Ao Supremo Tribunal Federal cabe o exame de violações manifestas ao texto constitucional. Não compete ao Judiciário a realização de controle sobre a política criminal adotada pelo Estado (Legislativo e Executivo), para fins de ampliação da criminalização ou recrudescimento da resposta punitiva.

(...)Na doutrina, afirma-se: “verificamos a possibilidade de se receber o indulto antes do trânsito em julgado” (RIBEIRO, Rodrigo. O indulto presidencial: origens, evolução e perspectivas. RBCCrim, v. 23, n. 117, nov./dez. 2015. p. 428). ***Ou seja, não há óbice para que o indulto seja aplicado antes do trânsito em julgado do processo.*** Conforme já afirmado, a *concessão do indulto é prerrogativa do Presidente da República que possui impactos no exercício da pretensão punitiva pelo Estado, podendo ter consequências em qualquer fase da persecução penal.* Trata-se de mecanismo de gestão do sistema penal, com impactos em questões penitenciárias e de política criminal em sentido amplo. Portanto, inexistente violação na norma definida no Decreto de Indulto aqui analisado.

15 - Vale citar, ainda, excertos do voto do Excelentíssimo Ministro Ricardo Lewandowski no julgamento supracitado, da ADI 5.874, oportunidade em que o Eminentíssimo Ministro afirmou: “[n]o que concerne às alegações de afronta ao princípio da separação de Poderes e de vedação de

legislação em matéria penal pelo Executivo, cabe lembrar que a própria Constituição confere competência privativa ao Chefe do Executivo Federal para editar o decreto de indulto, de maneira que a afirmação de que haveria ilegítima intervenção do Poder Executivo em competência do Poder Judiciário ou do Poder Legislativo não se sustenta diante do texto expresso da Carta Magna reproduzido acima”.

16 - Assim, no que tange às prerrogativas do Presidente da República, destaque-se que o artigo 84, inciso XII, da CR/88, assegura que compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo a concessão da graça e do indulto a terceiros. Nesse sentido, o próprio Texto Constitucional estabelece os limites de validade desse instrumento presidencial, que estão no art. 5º, inciso XLIII, CR/88.

17 - Diante disso, o chefe do Poder Executivo tem a faculdade de conceder ou não o indulto individual com base apenas em seu juízo de oportunidade e conveniência, conforme entendimento deste próprio Egrégio Supremo Tribunal Federal.

18 - Tal conclusão deriva tanto da aplicação de uma hermenêutica teleológica quanto de uma literal do ordenamento jurídico brasileiro. Ou seja, se nesta se nota que o art.5º, XLIV, da CF/88, não versa sobre o indulto e a graça, naquela se percebe que a intenção do Legislador Constituinte foi a de especificar as exceções aos atos solenes presidenciais tão somente no art. 5º, inciso XLIII, da CF/88.

19 - Não merece prosperar também a tese de que o indulto individual é inválido em razão de ter sido concedido antes do trânsito em julgado da Ação Penal referente ao Deputado Daniel Silveira, conforme também restou assentado na mesma ADI 5.874.

20 - Diante desse cenário, percebe-se que o indulto individual poderá ser anulado (invalidado) pelo Poder Judiciário caso – não é demais reiterar – seu objeto promova a extinção da punibilidade dos crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo, crimes hediondos e processos penais referentes à extradição, ou seja: se violar os limites expressos na própria Constituição.

21 - Dessa forma, não há vício de finalidade, já que o indulto individual concedido ao Deputado Daniel Silveira preservou a harmonia entre os poderes da República. Esse é um juízo que cabe apenas ao Presidente da República, conforme entendeu o Eminentíssimo Ministro Alexandre de Moraes ao julgar a ADI 5.874:

Em relação a essa questão do indulto, é um ato privativo do Presidente da República. Podemos gostar ou não gostar, assim como vários parlamentares também não gostam quando o Supremo Tribunal Federal declara inconstitucionalidade de emendas, de leis e de atos normativos. É uma função constitucional prevista como *check and balances* para o Supremo. Assim como o ato de clemência constitucional não desrespeita a separação de poderes, não é uma ilícita ingerência do Executivo, com o devido respeito às posições em contrário, na política criminal, que genericamente é estabelecida pelo Legislativo e concretamente aplicada pelo Judiciário. **Até porque, indulto, seja graça ou perdão presidencial, seja o individual, seja o coletivo, não faz parte da política criminal, é um mecanismo de exceção contra o que aquele que tem competência (o Presidente da República) entender excessos da política criminal, genericamente prevista pelo Legislativo e concretamente aplicada pelo Poder Judiciário.** E nós temos exemplos no mundo todo. (Destaca-se)

22 - Resta evidenciada, por conseguinte, a presunção de constitucionalidade do Decreto Presidencial. Essa é inclusive uma presunção e constitucionalidade forte na medida em que o Próprio STF tem posicionamento no sentido da constitucionalidade de indultos sob os fundamentos, acima citados. Portanto, como o Decreto está válido e não foi suspenso pelo Relator da Ação e nem mesmo nas ADPFs que tem como escopo o Decreto de Indulto, não há como desconsiderá-lo e, com isso, determinar medidas cautelares sem que haja fundamento acautelatório. A pergunta é: *acautelar o que após a concessão do indulto, antes do trânsito em julgado? E que como ato normativo é dotado de presunção de constitucionalidade.*

10

23 - O poder judiciário até pode entender o indulto como inconstitucional desde que o declare inconstitucional e, portanto, inválido. Mas não foi o caso até o presente momento. Assim sendo, estamos subvertendo *a ordem das coisas*.

24 - Não são as medidas cautelares que devem ser válidas até que o Pleno do STF analise as ADPFs, mas sim que não devemos ter medidas cautelares (mesmo porque na vigência do decreto não há o que acautelar) justamente porque as ADPFs ainda não foram enfrentadas.

25 - Reiteramos que sequer existe a *suspensão cautelar do decreto* nas ADPFs de relatoria da Ministra Rosa Weber.

3.2. DO CARÁTER MERAMENTE DECLARATÓRIO DA DECISÃO QUE RECONHECE A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO DECRETO PRESIDENCIAL DE 21 DE ABRIL DE 2022, DOTADO DE PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE, O QUE ENSEJA A NÃO APLICAÇÃO, NESSE MOMENTO PROCESSUAL, DAS MEDIDAS CAUTELARES

26 - Como é cediço, uma vez concedida a graça, como no caso em tela, o pedido condenatório contido na exordial acusatória perde seu objeto a partir da concessão do perdão por ato soberano e privativo do Presidente da República (art. 84, inciso XII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CR/88), sendo seu reconhecimento pelo judiciário mero ato declaratório, já que a anistia, graça ou indulto são hipóteses de extinção da punibilidade previstas no art. 107, inciso II do Código Penal:

Art. 107 - Extingue-se a punibilidade:
II - pela anistia, graça ou indulto;

11

27 - A graça ou indulto são compreendidos desde a Exposição de Motivos do Código Penal de 1940 como *indulgentia principis*, ou seja, trata-se de **ato soberano com natureza de clemência**, motivado, inclusive, por oportunidade ou conveniência, praticado privativamente pelo Presidente da República. Ainda em remissão à referida Exposição de Motivos, relevante destacar que a adoção da expressão “extinção da punibilidade” foi empregada para delimitar que o instituto diz respeito à abolição do próprio direito de punir por parte do Estado³.

28 - Portanto, as hipóteses de extinção da punibilidade descritas na legislação implicam inexoravelmente na renúncia ao *jus puniendi* por parte do Estado, que pode ocorrer no curso de uma ação penal ou após o seu trânsito em julgado. A graça, especificamente, é ato do Poder Executivo e carece apenas de mero ato declaratório do Poder Judiciário, que formalizará sua aplicação ao caso concreto.

³ SENADO FEDERAL. Diretoria de Informação Legislativa. Revista de Informação Legislativa - Código Penal. v.6, n.24 (out/dez 1969).

29 - Apesar de todos os pressupostos de validade e constitucionalidade do Decreto Presidencial, o Ministro Relator deixou de apreciar o pedido de declaração de extinção da punibilidade, limitando-se a afirmar que o debate acerca da constitucionalidade ou não do indulto será oportunamente realizada quando do julgamento das ADPFs 964, 965, 966 e 967.

30 - Não obstante, é fundamental enfrentar a arguição defensiva por tratar-se de questão de ordem pública imprescindível para nortear as decisões judiciais no presente caso. Ao vincular a análise do pedido defensivo de extinção da punibilidade à análise de ADPFs que serão julgadas futuramente, o Ministro Relator, *permissa venia*, nega vigência ao decreto presidencial de forma imotivada e arbitrária, tornando-o sem efeito mesmo inexistindo qualquer decisão judicial suspendendo seus efeitos. Por meio de omissão, postergando o debate, o Ministro Relator, na prática, ignora cabalmente uma norma presumidamente lícita e constitucional e que está em plena vigência.

31 - Portanto, uma vez **que inexistente qualquer decisão judicial** – ainda que **de natureza precária e provisória** – **suspendendo os efeitos do Decreto Presidencial** de 21 de abril de 2022, trata-se de norma em vigor e que produz efeitos no mundo jurídico, devendo ser levada em consideração nos momentos decisórios.

32 - A eficácia do indulto no mundo jurídico é sempre imediata, já que o Decreto Presencial que o concede (não apenas o publicado no dia 21 de abril de 2022, mas qualquer outro) tem presunção de legitimidade assim como quaisquer atos da Administração Pública, o que atesta uma série de precedentes dos Tribunais Superiores, com fulcro inclusive, na literalidade do art. 192 da Lei de Execuções Penais, segundo o qual: *“Concedido o indulto e anexada aos autos cópia do decreto, o Juiz declarará extinta a pena ou ajustará a execução aos termos do decreto, no caso de comutação”*.

33 - A título de exemplo, confira-se julgado do Superior Tribunal Eleitoral, em caso de Relatoria do Ministro Humberto Gomes de Barros, indicando que seus efeitos se efetivam a partir da publicação do decreto (REspE nº 23.644 – Classe 22ª – Minas Gerais): “A sentença que declara esta extinção da pena, em decorrência do indulto, gera efeitos a partir da publicação do decreto.

Isso leva à conclusão de que, a partir desse instante, o recorrente recuperou os seus direitos políticos”⁴.

34 - Em excerto do referido voto, Zavascki afirma: “**Ressalte-se, por oportuno, que a sentença que concede o indulto ou, como no caso, a comutação de pena, possui natureza declaratória, e não constitutiva. Logo, satisfeitos os requisitos previstos na norma, não pode o Poder Judiciário levar em consideração outros aspectos ou fazer exigências nele não estabelecidas.**” (Destaca-se)⁵. Desse modo, a eficácia da clemência presencial se dá de forma imediata, produzindo efeitos desde a sua publicação.

35 - Incontáveis os precedentes do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema, sempre no mesmo sentido: “[a] decisão que concede ou nega o benefício de indulto ou comutação de pena tem natureza declaratória.”⁶.

36 - Sendo assim, afirma-se: há um decreto presumidamente válido, legítimo, constitucional e em vigor determinando a extinção da punibilidade, portanto, fulminando a pretensão punitiva estatal em desfavor do Agravante. E, se no tempo presente, essa é a situação jurídica, pode-se afirmar, taxativamente, que a ação penal carece de objeto, carreada por uma pretensão condenatória impossível e plenamente ineficaz, não justificando a imediata declaração de extinção da punibilidade ou, no mínimo, a suspensão do feito até que as questões aventadas nas ADPFs sejam superadas.

37 - Portanto, *data venia*, não poderia o Eminentíssimo Relator postergar a apreciação do pedido de reconhecimento da extinção da punibilidade e aplicar medidas cautelares, inclusive com a imposição de multa em razão do seu descumprimento posterior à publicação de decreto presumidamente constitucional. Ou o magistrado deveria enfrentar o pedido defensivo, ainda que

⁴ 1 - No mesmo sentido: “A sentença que extinguiu a punibilidade em razão da concessão de indulto é de natureza meramente declaratória e seus efeitos retroagem à data da publicação do decreto”. (TSE, Recurso Especial Eleitoral n. 37983, Acórdão, Relator(a) Min. Luciana Lóssio, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônica, Tomo 61, Data 28/03/2017, Página 63). (Destaca-se)

⁵ STF, Segunda Turma, HC 114664, Relator(a): TEORI ZAVASCKI, julgado em 05/05/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-093 DIVULG 19-05-2015 PUBLIC 20-05-2015

⁶ STJ, QUINTA TURMA, HC 486.272/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, julgado em 04/06/2019, DJe 17/06/2019

para negá-lo (fundamentadamente) ou, ao postergar a análise, diferisse todo e qualquer andamento relativo à Ação Penal até efetivo julgamento das ADPFs.

38 - A apreciação da requerida extinção de punibilidade é questão eminentemente preliminar, relativa à ordem pública, sobretudo por implicar em graves limitações a direitos e garantias fundamentais do Agravante. Se reconhecida a extinção da punibilidade, o que se pretende neste Agravo, a Ação Penal será extirpada em razão do padecimento do *jus puniendi* e, obviamente, também terão o mesmo destino as medidas cautelares exigidas.

39 - Como exposto exaustivamente, o que produz o efeito concreto de extinção da punibilidade é a publicação do decreto presidencial, não a mera declaração de seus efeitos pelo poder judiciário, razão pela qual não é autorizada a perpetuação das medidas cautelares ou, pior, seu agravamento ou a aplicação de sanções em razão de seu suposto descumprimento.

40 - A análise de questões de ordem pública deve fazer parte do conteúdo decisório, devendo essas serem analisadas preliminarmente e, se superadas, decide-se o mérito. Ao decidir postergar o exame da extinção da punibilidade, o Ministro Relator, *data maxima venia*, incorre em erro e ***perpetua a manutenção das medidas cautelares em uma ação penal, no tempo presente, sem objeto, sem interesse de agir e, conseqüentemente, sem justa causa.***

41 - Agir dessa forma é o mesmo que, *e.g.*, determinar a prisão preventiva de um acusado sem apreciar se o crime está prescrito e, após a efetiva prisão e arguição da prescrição (outra causa extintiva da punibilidade), postergar essa decisão e permitir a manutenção indefinida do constrangimento ilegal.

42 - Portanto, considerando (i) que há Decreto Presidencial válido e em vigor no tempo presente extinguindo a punibilidade do Agravante em razão da concessão de graça (art. 107, inciso II e (ii) que o Relator postergou, incorretamente, a análise de questão preliminar relativa ao pedido de declaração de extinção da punibilidade, afirmando existir pendência de julgamento das ADPFs 964, 965, 966 e 967, requer seja **declarada extinta a punibilidade em razão da graça concedida**

e, por conseguinte, **seja reconhecida a ineficácia de todas as medidas cautelares decretadas nos presentes autos, inclusive a sanção pecuniária contida na decisão Agravada.**

4. SUBSIDIARIAMENTE

4.1. DA NULIDADE DA DECISÃO AGRAVADA POR AUSÊNCIA DE PEDIDO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO PECUNIÁRIA PELO TITULAR DA AÇÃO PENAL – DECRETAÇÃO DE OFÍCIO ILEGÍTIMA – DESRESPEITO À ESTRUTURA ACUSATÓRIA DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

43 - *Data maxima venia*, a decisão agravada é nula de pleno direito e, portanto, não produz qualquer efeito no mundo jurídico. O Eminentíssimo Relator, decidiu em desfavor do Agravante, à revelia da estrutura acusatória do nosso sistema processual penal, vide art. 3-A do Código de Processo Penal.

44 - A alteração promovida pela Lei n. 13.964/2019 para inserir o art. 3º-A no caderno processual colocou uma pedra sobre o debate acerca da natureza acusatória do processo penal brasileiro, que é inequivocamente acusatório, e proibiu expressamente a iniciativa do magistrado ou a substituição do órgão de acusação. E, vale ressaltar, a Suprema Corte reafirma há anos, mesmo antes da edição do chamado “Pacote Anticrime”, que a estrutura acusatória decorre do próprio Texto Constitucional:

Penal e Processual Penal. Imparcialidade judicial e sistema acusatório. **Postura ativa e abusiva do julgador** no momento de interrogatório de réus colaboradores. **Atuação em reforço da tese acusatória**, e não limitada ao controle de homologação do acordo. As circunstâncias particulares do presente caso demonstram que **o juiz se investiu na função persecutória ainda na fase pré-processual, violando o sistema acusatório**. Imparcialidade judicial como base fundamental do processo. Sistema acusatório e **separação das funções de investigar, acusar e julgar**. Pressuposto para imparcialidade e contraditório efetivos. Precedente: ADI 4.414, Plenário, Rel. Min. Luiz Fux, j. 31.5.2012. Agravo regimental parcialmente provido para declarar a nulidade da sentença condenatória proferida por violação à imparcialidade do julgador. (STF, Segunda Turma, RHC 144615 AgR, Relator(a): EDSON FACHIN, Relator(a) p/ Acórdão: GILMAR MENDES, julgado em 25/08/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-258 DIVULG 26-10-2020 PUBLIC 27-10-2020). (Destaca-se)

45 - No presente caso, tanto a definição da multa diária quanto sua efetiva aplicação ocorreram **sem prévia requisição** do Ministério Público Federal que, em ambas oportunidades, limitou-se a

dar ciência do que fora **decidido de ofício** pelo Ministro Relator. E a violação é tão notória que o Ministro Relator, ao decidir, utilizou norma processual penal cujo próprio texto limita sua atuação ao requerimento prévio do *Parquet*.

4.2. INEXIGIBILIDADE DAS MEDIDAS CAUTELARES E EVENTUAL SANÇÃO PECUNIÁRIA ATÉ EFETIVO JULGAMENTO DAS ADPFs 964, 965, 966 e 967.

46 - *Ad argumentandum tantum*, caso essa colenda Corte Suprema não entenda pelo reconhecimento imediato da extinção da punibilidade, requer ao menos seja suspensa a exigibilidade das medidas cautelares e da sanção pecuniária impostas ao Agravante.

47 - Portanto, caso decida-se por manter a Ação Penal em curso até o julgamento das ADPFs supracitadas, que ao menos seja suspensa a exigibilidade do cumprimento das medidas cautelares e da sanção pecuniária imposta pelo Ministro Relator, em respeito à presumida validade do decreto presidencial, bem como para evitar graves e desproporcionais danos ao Agravante.

16

4.3. MINORAÇÃO DA MULTA COMINATÓRIA – AUSÊNCIA DE CAPACIDADE ECONÔMICA – PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE – MULTA DESPROPORCIONAL E DESARRAZOADA

48 - A aplicação de sanção pecuniária no presente caso tem, obviamente, natureza de multa cominatória (astreintes), objetivando o cumprimento forçado de uma obrigação judicial. Contudo, o valor utilizado como referência é extremamente desproporcional e desarrazoado, principalmente considerando a capacidade econômica do Agravante.

49 - Conforme informação pública, disponível no portal da transparência da Câmara dos Deputados, pode-se verificar que um Deputado Federal tem uma remuneração, após todos os descontos obrigatórios (contribuição previdenciária e imposto de renda), em torno de R\$25.700,00 (vinte e cinco mil e setecentos reais)⁷ (**Doc. 3**).

⁷ A aludida informação encontra-se disponível no sítio eletrônico: <https://www.camara.leg.br/transparencia/recursos humanos/remuneracao/oa3nvYQkBjGnPZ2MDNxZ?ano=2022&mes=4#> (Acesso em 07/05/2022)

50 - Fica evidente, portanto, que o valor da multa, superior a quatrocentos mil reais, supera o montante de dezesseis meses do salário do Agravante!

51 - A sanção pecuniária aplicada ao Agravante é desproporcional e desarrazoada sob qualquer ótica. Primeiramente, se compararmos o valor fixado por dia-multa com o valor percebido por dia de trabalho do Deputado, temos que a sanção é mais de quinze vezes maior, tornando sua quitação simplesmente impossível! Além disso, o valor total de R\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil reais) é extremamente elevado, absurdo e proibitivo, perfazendo verdadeiro ato de confisco ao patrimônio e renda do Agravante.

52 - Nos termos da legislação processual civil, o magistrado poderá modificar o valor ou periodicidade da multa vincenda ou excluí-la, caso verifique que se tornou excessiva (art. 537, §1º, CPC).

53 - Sendo exatamente esse o caso dos autos, sobretudo considerando que o SISBAJUD realizado encontrou valor pouco superior ao necessário para quitação de um único dia-multa, requer, em caso de eventual superação dos pontos apresentados anteriormente, seja reconhecida a desproporcionalidade e falta de razoabilidade do valor definido para a sanção pecuniária com o fim de reduzi-lo a um valor razoável, não superior a um dia de trabalho do Agravante.

17

4.4. DA IMPENHORABILIDADE DA CONTA SALÁRIO E DA CONTA DE REEMBOLSO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

54 - Ao se dar cumprimento às ordens de bloqueio via sistema SISBAJUD, foram bloqueados valores referentes a salário e a conta de reembolso da Câmara dos Deputados, que é voltada ao subsídio de despesas do Poder Legislativo.

55 - A impenhorabilidade dos vencimentos salariais encontra vedação expressa no art. 833, IV, Código de Processo Civil: São impenhoráveis: IV - os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e

de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2º ;

56 - Mesmo que se entendesse que o presente caso seria exceção ao presente dispositivo, seria fundamental resguardar a sobrevivência da família do parlamentar, conforme jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça: “*Segundo a jurisprudência desta Corte, ‘A regra geral da impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. (art. 649, IV, do CPC/73; art. 833, IV, do CPC/2015), pode ser excepcionada quando for preservado percentual de tais verbas capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família’ (REsp n. 1.582.475/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/10/2018, DJe 16/10/2018)” (STJ, Quarta Turma, AgInt no REsp 1970968/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, julgado em 04/04/2022, DJe 08/04/2022).*

5. DA VIOLAÇÃO AO ART. 53, §2º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 POR AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA MANUTENÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES QUE IMPACTAM O EXERCÍCIO DO MANDATO

18

57 - Por meio da decisão ora agravada foram impostas as seguintes medidas cautelares, que geram as respectivas *limitações diretas ou indiretas* (conforme brilhantemente destacou o Eminentíssimo Ministro Dias Toffoli nos autos da ADI 5.526) ao *pleno exercício do mandato parlamentar*:

Nº	MEDIDA CAUTELAR	LIMITAÇÕES AO EXERCÍCIO DO MANDATO E OBSERVAÇÕES
1	Proibição de ter qualquer forma de acesso ou contato com os demais investigados nos Inquéritos 4.781/DF e 4.874/DF, salvo os parlamentares federais;	A limitação de contato entre um parlamentar e qualquer brasileiro impede o pleno exercício do mandato, especialmente em se tratando de um Deputado Federal, que é representante de todo o povo brasileiro. Ressalta-se que não foi informado ao Agravante, no presente processo, quem seriam as pessoas investigadas nos aludidos procedimentos, de modo que não pode ser exigível qualquer comportamento em relação a listagem não expressamente conhecida.

2	Proibição de frequentar toda e qualquer rede social, instrumento utilizado para a prática reiterada das infrações penais imputadas ao réu pelo Ministério Público em nome próprio ou ainda por intermédio de sua assessoria de imprensa ou de comunicação e de qualquer outra pessoa, física ou jurídica, que fale ou se expresse e se comunique (mesmo com o uso de símbolos, sinais e fotografias) em seu nome, direta ou indiretamente, de modo a dar a entender esteja falando em seu nome ou com o seu conhecimento, mesmo tácito;	As redes sociais são imprescindíveis para a comunicação dos atos relacionados ao mandato, são meio pelo qual os eleitores do parlamentar e os demais cidadãos podem ter contato direto com sua proposta e sua atuação, sendo assim, qualquer limitação de utilização de redes sociais impacta direta e flagrantemente o exercício do mandato.
3	Proibição de conceder qualquer espécie de entrevista, independentemente de seu meio de veiculação, salvo mediante expressa autorização judicial;	Do mesmo modo, a concessão de entrevistas é elemento essencial do exercício das atividades parlamentares, já que, por meio da cobertura jornalística, trava-se debate fundamental com a sociedade representada pelo parlamentar.
4	Uso de tornozeleira eletrônica, nos termos do art. 319, IX, do Código de Processo Penal;	O uso de tornozeleira eletrônica limita diretamente o exercício do mandato à medida que impede o livre deslocamento do parlamentar em todo o território nacional, o que o impede de estar em contato com os cidadãos de todos os Estados, que são, em sua integralidade, por ele representados na Câmara dos Deputados.
5	Proibição de ausentar-se do Estado do Rio de Janeiro, onde reside, salvo para Brasília/DF, com a finalidade de assegurar o pleno exercício do mandato parlamentar;	Da mesma forma, a limitação de deslocamento impede o pleno exercício da atividade parlamentar, que não se limita ao comparecimento à Câmara dos Deputados em Brasília/DF. Afinal, como Deputado Federal, o Agravante representa todo o povo brasileiro e é importante a possibilidade de comparecimento presencial para que os anseios da população possam ser vistos e ouvidos de perto, de modo a orientar a boa execução das atividades parlamentares.
6	Proibição de participar de qualquer evento público em todo o território nacional. Ou contato com os demais investigados nos Inquéritos.	Os eventos públicos são um instrumento democrático importante por meio do qual há debate de ideias e no qual são expressos anseios e opiniões da população representada pelo parlamentar, de modo que, ao impedir o acesso a tais oportunidades, há grave limitação do pleno exercício das atividades do Agravante como Deputado Federal.

58 - A decisão da Câmara dos Deputados como requisito para a manutenção da imposição de qualquer medida que limite o pleno exercício das atividades parlamentares é decorrência direta do art. 53, §2º da Constituição da República de 1988.

59 - Nesse sentido, diante de nova imposição de medidas cautelares (ainda que tenham sido decretadas anteriormente), especialmente diante de substanciais alterações das circunstâncias de fato e de direito das questões objeto dos presentes autos, constatada a ausência de comunicação à

Casa Legislativa, a imposição das medidas cautelares é nula de pleno direito até que ela se manifeste (*ela precisa se manifestar!*). Temos precedente sobre isso na ADI 5.526.

60 - Afinal, como decidiu esta Egrégia Suprema Corte, as prerrogativas parlamentares não são garantias pessoais, mas sim garantia do próprio Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, firmou-se a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal nos autos da ADI 5526⁸: *“Desde a Constituição do Império até a presente Constituição de 5 de outubro de 1988, as imunidades não dizem respeito à figura do parlamentar, mas às funções por ele exercidas, no intuito de preservar o Poder Legislativo de eventuais excessos ou abusos por parte do Executivo ou Judiciário, consagrando-se como garantia de sua independência perante os outros poderes constitucionais e mantendo sua representação popular”*.

61 - Concluiu esta Suprema Corte na mesma oportunidade que *“Os autos da prisão em flagrante delito por crime inafiançável ou a decisão judicial de imposição de medidas cautelares que impossibilitem, direta ou indiretamente, o pleno e regular exercício do mandato parlamentar e de suas funções legislativas, serão remetidos dentro de vinte e quatro horas a Casa respectiva, nos termos do §2º do artigo 53 da Constituição Federal, para que, pelo voto nominal e aberto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão ou a medida cautelar. 6. Ação direta de inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente.”*

62 - Tal requisito se aplica a toda decisão que impuser medidas cautelares, especialmente diante de substanciais alterações das circunstâncias de fato e direito sobretudo em razão (i) da realização de julgamento de mérito da presente ação penal no dia 20 de abril de 2022 e (ii) da publicação de Decreto Presencial que concedeu indulto individual (graça) ao Agravante, com eficácia imediata, o que enseja a extinção da punibilidade nos termos do art. 107, II do Código Penal. Sendo assim, somente podem ser mantidas quaisquer medidas cautelares após apreciação (*para rejeição ou não*) da Câmara dos Deputados, sob pena de violação do art. 53, §2º, CR/88.

⁸ STF, Tribunal Pleno, ADI 5526, Relator(a): EDSON FACHIN, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, julgado em 11/10/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-159 DIVULG 06-08-2018 PUBLIC 07-08-2018.

6. DOS PEDIDOS

Por todo exposto, o Agravante requer:

- (i) Em caráter de urgência, seja declarada a ineficácia das medidas cautelares e da sanção pecuniária impostas ao Agravante, diante da presunção de constitucionalidade do Decreto Presidencial que concedeu indulto individual (graça);
 - a. Subsidiariamente, até que sejam julgadas as ADPFs 964, 965, 966 e 967, seja suspensa a exigibilidade (afastamento) das medidas cautelares e da sanção pecuniária, reconhecendo que até que exista decisão em sentido contrário o Decreto Presidencial está em vigor e é válido;

- (ii) Em se tratando de questão de ordem pública, seja declarada a extinção da punibilidade do Agravante, nos termos do art. 107, inciso II, do Código Penal, nos termos do Decreto Presidencial de 21 de abril de 2022;

- (iii) Quanto à sanção pecuniária, requer seja declarada a nulidade da decisão que a decretou, em respeito à estrutura acusatória do processo penal brasileiro, posto que inexistente nos autos pedido do órgão acusador para sua instituição e/ou arbitramento, não podendo a sanção ser aplicada de ofício pelo Ministro Relator;
Subsidiariamente:
 - a. sejam afastadas as sanções pelo suposto descumprimento do monitoramento eletrônico até que seja concretizada a perícia criminal para aferição do funcionamento da tornozeleira eletrônica;
 - b. sejam suspensas as medidas cautelares aplicadas até que seja autorizada a sua imposição pela Câmara dos Deputados, nos termos do art. 53, §2º, CR/88 e do entendimento firmado nos autos da ADI 5.526;

- (iv) Por fim, caso não sejam acolhidos os pleitos anteriores, requer seja reconhecida a natureza abusiva, desproporcional e desarrazoada da sanção pecuniária instituída na decisão agravada, cujo pagamento é inviável, minorando os valores impostos;
- a. Subsidiariamente, seja reconhecida a impenhorabilidade do salário do Agravante, que tem caráter alimentar e cuja indisponibilidade coloca em risco a sobrevivência e a dignidade de sua família.

Pede o cadastramento da advogada **Mariane Andréia Cardoso dos Santos – OAB/MG n. 151.473**, para fins de recebimento das intimações, sob pena de nulidade.

Requer, ainda, a intimação do Ministério Público Federal e a juntada dos documentos anexos.

Termos em que pede e espera deferimento.

Brasília/DF, 09 de maio de 2022.

22

MARIANE ANDRÉIA CARDOSO DOS SANTOS
OAB/MG 151.473

RELACÃO DE DOCUMENTOS ANEXADOS

Doc. 1 – Substabelecimento

Doc. 2 – Decreto Presidencial publicado em 21 de abril de 2022

Doc. 3 – Rendimentos mensais do Agravante